

BAHIA DE TODOS OS CANTOS



IDENTIDADES BAIANAS

Uma viagem pelos
territórios do Velho
Chico, Chapada
Diamantina e Sisal
PÁGINA 8

PERFIL

Conheça a banda
Morão di Privintina
PÁGINA 24



EGBA. AGORA MAIS DO QUE IMPRESSÕES GRÁFICAS.

Os serviços de impressão colorida não estão mais sozinhos na EGBA. Agora, você empreendedor também encontra uma série de soluções modernas, como certificação digital, digitalização e guarda de documentos. E vem muito mais por aí.

egba
EXPERIÊNCIA EM INOVAÇÃO

Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
GOVERNO DO ESTADO

71 3116.2800 | www.egba.ba.gov.br



Cantigas de Roda, em Valente
Fotografia Mateus Pereira

1

REVISTA BAHIA DE TODOS OS CANTOS

Uma publicação do Governo do Estado,
através da Secretaria de Cultura, Secretaria
de Planejamento e Casa Civil
Tiragem: 20 mil exemplares
Impressão: EGBA – Empresa Gráfica da
Bahia
Distribuição gratuita

Governador

Jaques Wagner

Secretário de Cultura

Márcio Meirelles

Presidente da Fundação Pedro Calmon

Ubiratan Castro de Araújo

Secretário do Planejamento

Walter Pinheiro

Diretor de Planejamento Territorial

Benito Juncal

Secretaria da Casa Civil

Eva Maria Dal Chivon

Diretor-geral da Empresa Gráfica da

Bahia

Luiz Gonzaga Fraga

Conselho Editorial

André Santana (FPC), Ana Romero (EGBA),
Cynthia Nogueira (Secult) e Pablo Barbosa
(Seplan)

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável

Vânia Lima - DRT 2170

Pauta

Jan Penalva, Carol Ferrari, Carla Bahia e
Ana Rosa Passos

Produtores

Cristiano Moraes e Bruno Ramos

Reportagens

Carla Bahia e Jan Penalva

Edição

Vânia Lima

Direção Fotográfica

Mateus Pereira

Fotos

Mateus Pereira, Claudio Antônio, Rafael
Pereira e Carla Bahia

Assistentes Técnicos

Rafael Pereira e Alberto Cerqueira

Projeto Gráfico

Frederico Filho

Diagramação

Juliana Lima e Aline Cerqueira

Consultoria Técnica

Tuca Moraes

Revisão

Rita Canário

Realização

Lima Comunicação

www.bahiadetodososcantos.com.br



BAHIA DE TODOS OS CANTOS

EDITORIAL

A Bahia é um dos mais importantes estados do Brasil, por sua relevância econômica, social, cultural e histórica. Em uma área de mais de 564 mil quilômetros quadrados vivem cerca de 14,1 milhões de pessoas. São 417 municípios espalhados em 26 Territórios de Identidade Cultural, ou seja, dimensões e a diversidade comparadas a importantes países do mundo. Dar-lhe visibilidade em todos os seus cantos, recantos e encantos, apesar da musicalidade dessas palavras, não é um trabalho fácil.

A esta revista caberia, portanto, uma tarefa complexa: promover a integração deste imenso e rico estado, organizando as informações dos diversos municípios e distribuindo-as por todo o território baiano. A Bahia de Todos os Cantos deveria ser, enfim, um meio de comunicação capaz de levar conhecimento detalhado das mais variadas localidades a seus leitores, suscitando debates, propondo estudos, contribuindo com a sociedade, especialmente os estudantes, a conhecerem melhor o lugar onde vivem.

No meio da estrada, o roteiro estrito de linhas bem traçadas foi revelando contornos, como as curvas do leito de um rio. Nas linhas do diário de bordo da equipe de jornalistas que encarou essa empreitada, o segredo se revela como a luz no fim de uma gruta: a Revista Bahia de Todos os Cantos foi além de fazer um panorama das regiões do estado, retratando suas riquezas culturais, características geográficas, submergindo nas peculiaridades de seu povo. A revista que se apresenta nessas páginas, repletas de belas imagens, mostra com fidelidade algo muito mais precioso: a cultura, os costumes, o dia-a-dia do baiano.

Na fala do sertanejo, na roupa de couro dos vaqueiros, na reza das benzedeiras, assim como na fala articulada dos estudiosos e intelectuais, estão alguns retratos da nossa gente, formado com a mediação dos seus interlocutores. Fechando o ciclo, a interação deste veículo com as pessoas, memórias vivas de sua própria história, não foi esquecida: a fala de cada uma está registrada em espaços privilegiados, onde estão publicadas poesias, ilustrações, histórias e outras expressões criativas.

A revista Bahia de Todos os Cantos é um projeto de nove edições bimestrais, temáticas, que contemplam de dois a três territórios cada uma. Acompanham os exemplares fascículos com informações técnicas sobre as riquezas, geografia e população dos territórios. Nesta edição, conheça os territórios da Chapada, do Sisal e Velho Chico.

Boa viagem!



ASPAS

Identidade territorial e desenvolvimento sustentável: uma conversa com a professora Guiomar Germani.

6



CULTURA É O QUE ?

Cantadeiras do Sisal, esculturas e religiosidade em Barra, além de reisados por todo o estado, traduzem o erudito e o popular.

16



CIRCULANDO

Diário de bordo: anotações da equipe pelas regiões visitadas revelam surpresas curiosas.

18



DE PERTO

Afrânio Peixoto e Luiz Gonzaga têm seus acervos preservados.

20

PERFIL 24 MORÃO DI PRIVINTINA

UMA VIAGEM PELOS RITMOS DO VELHO CHICO

PAULO ARAÚJO Vocalista da Morão di Privintina





PONTO DE VISTA

O que identifica e diferencia os quilombos do sertão baiano.

26



MURAL

Conheça os "tesouros" recolhidos durante a viagem.

28



CAUSOS E COISAS

A história da avó bandeirante de Maria Quitéria.

30



ALAMANAQUE

Filarmônicas: uma tradição centenária que desperta paixões e muda destinos.

33

ANDA, QUE A BAHIA É GRANDE! 8

VAQUEIROS, GARIMPOS E INICIATIVAS INUSITADAS NOS TERRITÓRIOS DA BAHIA

Oliveira dos Brejinhos - BA



“As identidades culturais são uma forma de manifestação da resistência”



“A identidade desses grupos é a identidade dos territórios. O samba-de-roda, a criação do bode, o uso comum das terras correspondem a um segmento desses territórios, não a todos os moradores”

A catarinense Guiomar Germani, coordenadora do projeto Geografar - Geografia dos Assentamentos na Área Rural, da Universidade Federal da Bahia, é uma pioneira. Quando as ciências sociais ainda ignoravam os problemas trazidos pela criação das barragens, a professora investiu em um estudo inédito intitulado “Os expropriados de Itaipu”, defendido no mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1982, e publicado em livro sob o título *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Desde então, a estudiosa passou a se interessar pelo planejamento e pela divisão de territórios. Na Bahia desde 1982, Guiomar viu aqui um vasto campo de pesquisa. Professora da Ufba desde 1996, coordena o projeto Geografar, que realiza uma análise geográfica do campo baiano, com destaque para a região do Velho Chico. Nesta entrevista à BAHIA DE TODOS OS CANTOS, Guiomar observa como o acesso à terra influencia o modo de vida de quilombos, fundos de pasto e ribeirinhos dos territórios do Velho Chico, Sisal e Chapada Diamantina.

Bahia de Todos os Cantos: As comunidades mais isoladas que conhecemos durante a produção da revista foram as quilombolas. O aparente isolamento ainda é uma saída para a preservação da identidade cultural? Como integrar, sem interferir na identidade cultural?

Guiomar Germani: Estas comunidades não estão isoladas. Elas foram, por muito tempo, “invisíveis” como uma estratégia de resistência. Esta estratégia foi tão bem-sucedida que, na Constituição de 1988, os legisladores não imaginavam que havia tantas comunidades quilombolas pelo Brasil. E colocaram a garantia de direito sobre a terra das comunidades quilombolas no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Temos identificadas, na Bahia, 586 comunidades quilombolas, mas são muito mais. Atualmente, menos de 40% destas são reconhecidas pela Fundação Palmares, ou seja, podem reivindicar o direito de suas terras. Como se sabe, toda política pública significa uma intervenção. Assim, não é mantendo as comunidades “isoladas” que se garantirá a sua identidade cultural. Deve-se primeiro entender como estes grupos se organizam nos aspectos sociais, de produção e de espaço.

BTC: O acesso à terra é questão central na vida de quilombos, ribeirinhos e “fundos de pasto” (comunidades onde o uso e a ocupação da terra acontecem de forma comunitária). Como a senhora avalia esta relação, levando em conta o modelo econômico em que vivemos?

Guiomar Germani: O acesso à terra significa o acesso dos grupos sociais aos meios de produção. O atual modelo coloca os grupos sociais em diferentes posições, opondo os que têm acesso aos meios de produção e os que não têm. Isto é tratado de forma “natural”, como se fosse algo normal. Mas isto é um processo histórico e social, onde grupos se apropriam de forma privada da natureza e de tudo que ela contém e determinam a vida das pessoas que precisam da terra para se reproduzir. O índice de Gini – que vai de zero (melhor distribuído) a um (mais concentrado) – é de 0,8, na Bahia. Sem contar que estima-se que mais de 55% das terras são devolutas. No caso das comunidades citadas, a terra é um meio de reprodução de vida. Tem valor de uso, e não de troca, de mercado. Não é uma reserva de valor para negócio, e isto se contrapõe ao modelo hegemônico em que vivemos.

“Sei que a sociedade garante o direito de propriedade da terra, mas a Constituição define que o uso da terra deve ter função social”

BTC: Ao mesmo tempo em que esses territórios (Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal) contêm singularidades, têm também muitos aspectos complementares e semelhantes. Qual é a identidade cultural da Bahia?

Guiomar Germani: Não existe uma única identidade. Ela é multidimensional e se manifesta colada às condições de reprodução da vida. Vai sendo construída em um processo histórico, no qual indivíduos organizados em grupos sociais se relacionam. Assim, neste processo, o acesso à terra influencia grandemente nas condições objetivas da reprodução da vida e da construção do que se denomina identidade cultural. A identidade destes grupos é, também, a identidade dos territórios. O samba-de-roda, a criação do bode, o trançar da corda, o uso comum das terras correspondem a um segmento desses territórios, não a todos os moradores. Esta identidade cultural tem dimensão política. Quando os indivíduos se organizam em classes sociais, criam uma relação intermediada por interesses distintos, conflituosa. Então as identidades culturais são uma forma de manifestação de poder e de resistência daqueles que não detêm o poder. Identidade cultural é, também, identidade política.

BTC: Mas, ainda assim, insistimos em exportar nossa identidade como se fosse apenas a cultura do Recôncavo. O que a senhora acha disso, já que, apesar de sermos tão plurais, ainda vendemos uma imagem tão singular?

Guiomar Germani: É uma miopia que não permite valorizar o que está além de seus próprios olhos. Não se valoriza o que está além por não se conhecer e, ao mesmo tempo, não se conhece porque não se valoriza.

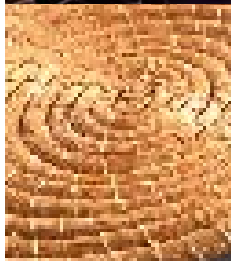


BTC: Em muitas comunidades do semiárido as soluções para a convivência com o meio ambiente são criativas e dinâmicas. Já em outras regiões encontramos saídas um pouco mais tímidas. O que poderia auxiliar as populações a ter uma trajetória mais eficiente no convívio com o semiárido?

Guiomar Germani: Não se pode impor um modelo que eles não entendam. Não dá pra pegar uma comunidade de fundo ou fecho de pasto e implantar um modelo de exportação de carne de bode. O modelo que é implantado no Brasil é um modelo de mão única, que é o do agronegócio concentrado em alguns produtos, enquanto que a estratégia camponesa é a da diversidade de produção voltada para a reprodução da vida. A lógica do mercado é outra. O ribeirinho, por exemplo, pesca, cria animais, planta, vende, vai para São Paulo trabalhar por alguns meses na construção civil, no corte da cana; sua renda advém de várias e diversificadas fontes. O que poderia auxiliar as populações, tanto do semiárido como de outras áreas, seria uma reforma agrária que fosse implementada como uma política de desenvolvimento, em vez de uma política compensatória, como a que tem sido feita. Além disso, é necessário valorizar as alternativas ao modelo agroexportador, pois este é muito frágil e coloca os esforços produtivos do país ao sabor dos riscos do mercado internacional. ■

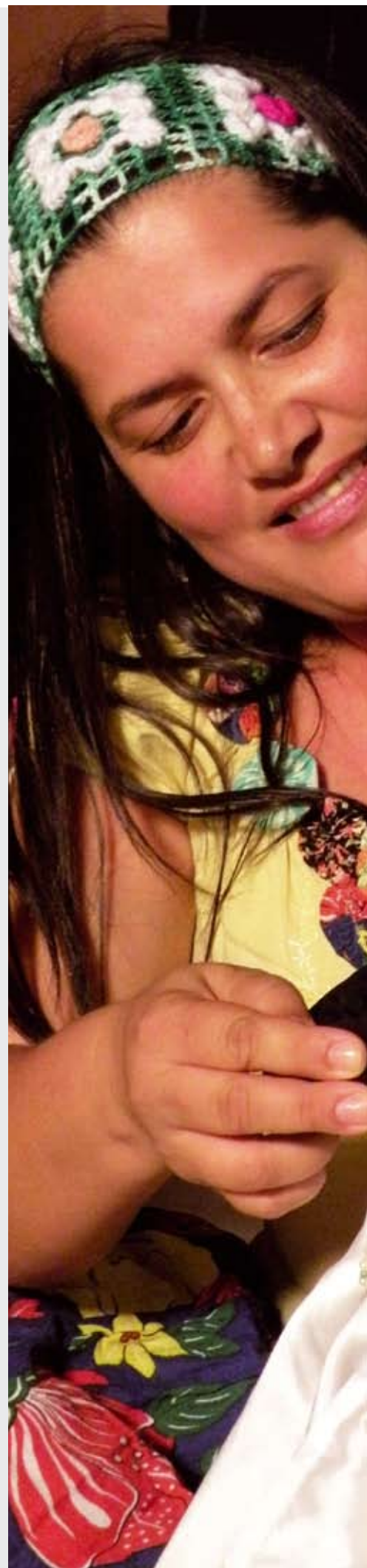
Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. Para entender melhor a divisão da Bahia por Territórios de Identidade e conhecer os municípios que integram o seu território, acesse: www.seplan.ba.gov.br

Anda, que a Bahia é grande!



Apresentar os territórios de identidade cultural e mostrar uma Bahia múltipla, interativa, viva. Encarando este desafio, os jornalistas da revista Bahia de Todos os Cantos visitaram os territórios do Sisal, Velho Chico e Chapada Diamantina, onde o convívio com o semiárido se traduz, muitas vezes, em inovação; onde o diálogo entre tradição e contemporaneidade acontece, mas nem sempre é audível e, principalmente, onde encontramos semelhanças e diferenças que fazem nossas “fronteiras” nos unirem ainda mais em uma Bahia de Todos os Cantos.

Faces das três regiões visitadas







“Vai, boiadeiro,
que a noite já vem /
Guarda o teu gado
e vai pra junto
do teu bem ...”

Trecho da música Boiadeiro,
de 1950, composta por
Armando Cavalcanti e
Klécius Caldas, eternizada na
interpretação de Luiz Gonzaga

PROFISSÃO: VAQUEIRO

Tradição resiste na caatinga

Um cercado de paus bem juntinhos, um ao lado do outro, presos por fios de arame, separam um terreno estreito e comprido das demais áreas da pequena Fazenda Tocaia, na região do município de Araci. Na propriedade mora Raimundo Silva Santos, um legítimo vaqueiro, acostumado a soltar o gado no pasto, tanger pelas estradas, laçar boi, ordenhar vacas.

O chão de barro seco, batido, solta uma poeira vermelha todo mês de janeiro, quando Raimundo Vaqueiro se junta a outros homens para realizar, ali, uma das festas mais conhecidas da região: a vaquejada. O esporte, tipicamente brasileiro, começou com grupos que iam à caatinga recuperar o gado perdido pelo mato. Montados em jegues e cavalos, esses homens aproveitavam o momento de trabalho também para se divertir na caça aos animais. “A gente faz uma marca no chão, bota o boi pra correr e vai atrás, montado no burro. Antes de chegar na linha, tem que derrubar o bicho, puxando pelo rabo”, explica Raimundo. “Quase não se vê mais vaquejada no mato, é mais nas pistas mesmo”,

conclui. Para a brincadeira ficar completa, além dos animais e do vaqueiro há, ainda, o “esteira”, espécie de ajudante que tem a função de tentar encurralar o bicho.

O esporte vaquejada - Hoje em dia a brincadeira se tornou uma atividade economicamente rentável. “Agora existem dois tipos de vaqueiro: um é o da lida com o gado no dia-a-dia e o outro é o que corre vaquejada, porque tem interesse de investir no esporte”, esclarece Ernesto Ferreira, organizador de uma das mais famosas festas de vaquejada da Bahia, na Fazenda Cajueiro, em Serrinha, onde ele possui um parque com pista de padrão profissional, projetada para grandes eventos, com direito a marcadores de faixa, cabine para locutor e palco para atrações artísticas.

“Antigamente, era uma desmoralização pra o vaqueiro e pra o dono da fazenda perder. Agora não tem mais as questões de honra, como antes”, comenta Ernesto Ferreira, vaqueiro há mais de 50 anos e que reúne cerca de 700 troféus conquistados em disputas pelo país. Para o jovem Douglas Carva-

lho, de 18 anos, o importante é estar rodeado de tudo o que mais gosta. “Eu ainda tenho o sonho de correr vaquejada como um esporte, uma forma de distração, não como meio de sobrevivência, como muitos fazem hoje”, conta. “O vaqueiro do campo ficou mais pra o povo antigo, até as caatingas estão acabando, pelo desmatamento, e o esporte que veio do mato

vai se perdendo cada vez mais”, pondera.

A vaquejada, de fato, vem perdendo seu formato original, mas, por outro lado, segue ampliando as perspectivas de crescimento financeiro de muitos sertanejos, assim como a produção do sisal, que transformou o Brasil em um expoente comerciante da fibra.



Raimundo Santos, vaqueiro da cidade de Araci, ressalta o abandono da tradição da vaquejada.



O beneficiamento do sisal rende R\$ 94 milhões ao Estado. Abaixo, porta CD feito de sisal



SERTANEJO DE FIBRA

Bahia: o maior produtor de sisal do Brasil

Em Conceição do Coité, conhecida também como a Rainha do Sisal, as mudas de agave, popularmente chamadas de sisal, são colocadas, uma a uma, no solo. Do dia do plantio até a época da primeira colheita, são quatro anos de espera para que a planta atinja o tamanho ideal de corte das folhas: cerca de um metro.

Os produtos vendidos vão desde a fibra bruta, usada, inclusive, pela indústria automobilística, até os tapetes e peças de decoração, como as que são produzidas no Centro de Artesanato de Almas, em Itamar, distrito de Conceição do Coité. Em uma pequena casa, cerca de 20 mulheres se reúnem diariamente para criar objetos com base nas fibras. São bolsas, cestas de pão, porta-jóias, tapetes, vasos e tudo o mais que a criatividade permitir. "Um trabalho desse é importante para a renda do município e para valorizar o que é nosso, a nossa cultura", declara a artesã Valnice da Silva Santos.

Na última década, potencializada pelos movimentos de proteção ambiental, a produção sisaleira vem crescendo,

já que o material é 100% biodegradável. "O sisal é um produto que não polui. Se jogado no solo, ele se desmancha e vira adubo.", diz Valnice.

Outra saída - A produção de sisal, de fato, foi uma alternativa para sobrevivência no sertão baiano. Os longos períodos de seca prejudicam as plantações, mas as mudas de agave se adaptam bem ao clima. Municípios como Santa Luz, Conceição do Coité e Valente se destacam na produção sisaleira, e em alguns lugares a forma de produzir trouxe mais do que recursos financeiros.

Fundada em 1980, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), investiu na forma natural de convivência em comunidade do sertanejo, em que todos se ajudam e o conhecimento sobre como lidar com o semiárido é compartilhado. "A gente sabe que se falta água, se menino fica doente, se alguém morre, temos que nos juntar com os vizinhos, os amigos e os parentes pra vencer", explica Agnaldo Ferreira Souza, gerente administrativo da

Laticínios da Cabra, projeto que há dez anos é realizado por 45 famílias que produzem mais de 10 mil litros de leite caprino por mês. "Nossa ação é promover o desenvolvimento sustentável da região. Nossos

produtos são vendidos aqui e lá fora também. Assim, conseguimos manter o homem no campo, sua propriedade, prover o sustento de sua família e, ainda, oferecer produtos às cidades", ensina Agnaldo.



A Apaeb produz 10 mil litros de leite de cabra por mês

O beneficiamento do sisal, em suas mais diversas etapas, rende à Bahia, anualmente, cerca de R\$ 94 milhões de reais, somente em negociações estrangeiras, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O estado chega a concentrar 90% da produção da fibra no Brasil, líder mundial no mercado sisaleiro.

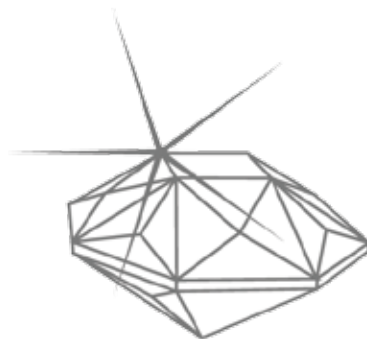
GARIMPO RICO EM HISTÓRIAS E PERSONAGENS

Tradição oral reconta o tempo nas cidades da região



“Que a gente esteja abençoado e guiado por esses que chamamos na nossa roda”

Eniele da Silva, 21 anos, grãoaprendiz da Cooperativa de Música e Tradição Oral



casinha de taipa possui fogão de pedras, à lenha, cabacinhas para beber água e um centenário pilão. “Eu não compro café moído. Até hoje eu pego o grão torrado e piso aqui, fica mais gostoso, conclui, convidando para o café.

Grãos de Luz - O pilão de 115 anos de Coriolando não é só uma lembrança de família, mas também a representação da raiz de antepassados. Era no pilão que começava o preparo dos alimentos e é com ele que também se inicia o ritual de dança na sede da Grãos de Luz e Griô, uma organização sem fins lucrativos, focada na tradição oral. A seu tempo, um por um dos 15 jovens presentes bate o pilão no chão pedindo bênção a seus mestres, os grãos. “Que a gente esteja abençoado e guiado por esses que chamamos na nossa roda”, diz, segurando o pilão, Eniele da Silva, 21 anos, grão aprendiz da Cooperativa de Música e Tradição Oral.

O Grãos de Luz atende 140 crianças e 20 jovens, divididos em oficinas infantis e cooperativas que trabalham com retalhos, reciclagem de papel para confecção de objetos, fotografia, música, entre outras atividades. A ONG está engajada no projeto Ação Griô Nacional, articulado para proteção da oralidade dos sabedores de vida. “Você só consegue se fortalecer a partir

do momento em que conhece sua própria história”, aposta Eniele. “Se essas histórias se perderem, perde-se a história do Brasil”, completa. O grupo vai em busca de rezadeiras, parteiras, velhos músicos, contadores de histórias e tantos outros que possam resgatar porções de costumes quase extintos.

Os reflexos desses costumes podem ser percebidos, por exemplo, em hábitos alimentares, folguedos ou, de forma mais explícita, na arquitetura, como a colonial, do centro lençoense, e a rústica, de pedras, da pequena Igatu, distante pouco mais de 100 km de Lençóis.

O cheiro de feijão cozinhando em panela de barro, sobre um fogão à lenha, incensava muitos casebres de taipa durante toda a madrugada, enquanto garimpeiros descansavam em suas camas de varas de madeira, cobertas com palha e tecido, em plena Chapada Diamantina. A cena se repetia a cada vez que um novo garimpo era explorado, sobretudo em meados de 1800, quando correu a notícia de que próximo à cidade de Mucugê foram encontrados diamantes.

Muitos aventureiros, como senhores de engenho com seus escravos e homens do povo, partiram à procura da nova zona de minério, de onde se viam barracas montadas, cobertas com panos, que ser-

viam de pouso para aqueles que queriam fugir do sol. Desse fato, sugere-se, teve origem o nome dado ao município de Lençóis.

Seu Cori - Atravessando algumas vielas da cidade, um velho lençoense revive seus tempos de garimpeiro. A casa onde mora Coriolando Rocha de Oliveira, de 81 anos, foi transformada em uma espécie de esboço das minas, ficando conhecida como museu do garimpo, com direito a encenação e tudo o mais. “Como eu já não tenho mais idade pra garimpar e muita gente vem a Lençóis curiosa pra saber como eram os garimpos, eu resolvi montar tudo isso para demonstrar”, diz seu Cori. A



O garimpeiro é personagem central da vida na Chapada Diamantina



Em Igatu, grutas de pedra são transformadas em belas casas

RECANTO DAS PEDRAS

A sinuosa estrada de pedras que leva a Igatu, na Serra do Sincorá, separa o local em, pelo menos, 50 anos do resto do mundo. Não fossem energia elétrica, telefone público e uma única lan house, teríamos a sensação de ter voltado no tempo. Menos de 400 moradores, entre nativos e gente vinda de outros lugares, em pouco mais de 100 casas, dividem a calma do distrito que ganhou fama e prestígio por sua arquitetura em pedras.

Igatu começou a ser formada por garimpeiros, no início do século XIX, quando recebeu o nome de Xique-Xique, provavelmente devido à grande quantidade desse tipo de cacto na região. Mas as águas que brotavam nas redondezas acabaram gerando o novo nome, Igatu, que, traduzido do Tupi, quer dizer “água boa”. As famosas construções surgiram exatamente com esses primeiros habitantes, que aproveitavam as pedras em abundância na região para construir suas moradias. “O local que hoje é

conhecido como a parte das ruínas ou Igatu Velha era, no passado, o centro de tudo, mas, com o tempo, foi caindo”, conta Edmauro Kupfer, conhecido como Pedrinho, habitante da parte antiga do vilarejo, que mora como os antigos garimpeiros. Aproveitando a estrutura de pedras, ergueu uma casa com três quartos, banheiro, cozinha e uma varanda com vista indiscutivelmente bela da Chapada Diamantina.

História manuscrita - Igatu tem, hoje, cerca de 35 casas de pedra, segundo cálculos de Amarildo dos Santos, escritor e agente informal do censo. O também informante turístico, no posto da Prefeitura, confecciona, desde 1994, livretos manuscritos (isto mesmo, ele os escreve e ilustra à mão!) contendo curiosidades e dados sobre Igatu. O trabalho é minucioso e inclui anotações sobre a população. O escritor afirma ter anotado, de próprio punho, os nomes dos 377 habitantes locais.

DOCE HERANÇA COLONIAL

O sumo da cana-de-açúcar, que destila desde o dia anterior perfuma a pequena fábrica, localizada na Fazenda Água Suja, em Abaíra, onde são produzidos 14 mil litros de cachaça por ano. Depois de colhida, os carros de boi levam a cana para a moenda elétrica, onde começam, de fato, os preparos para a cachaça. Cerca de oito reservatórios levedam o produto antes da etapa final, a conhecida destilação da garapa. Do preparo da terra até o engarrafamento do líquido são, no mínimo, dezoito meses. Dependendo do tipo de bebida, a produção pode levar até três anos.

O atencioso processo de produção da bebida genuinamente brasileira vem abrindo mercado aos produtores de cachaça da Chapada Diamantina. As parcerias e incentivos de instituições como a Secretaria da Agricultura

(Seagri), através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (Ebda), possibilitaram a exportação de mais de 150 mil garrafas do produto em 2008. A previsão é que até o final de 2009 sejam mais 400 mil garrafas rumo a outros países. “O controle de qualidade nem sempre é respeitado por todos, por isso estamos nos planejando no sentido de atrair uma maior quantidade de produtores para a cooperativa. A abertura do comércio com outros países deve estimular o aumento da qualidade da cachaça”, afirma Rafael Moreira Rocha, agrônomo da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Derivados da Microrregião de Abaíra – Coopama, da qual participam a Fazenda Água Suja e outros 143 produtores que integram o conjunto de mil fabricantes de cachaça da região de Abaíra.



Cachaça de Abaíra, considerada uma das melhores do mundo

Ao apoiar associações comunitárias que atuam, em geral, com poucos recursos, sem infraestrutura e, quase sempre, de forma voluntária, o projeto Pontos de Cultura, uma das ações prioritárias do programa federal Mais Cultura/MinC, tem como objetivo garantir a continuidade e a sustentabilidade de iniciativas consideradas importantes para o desenvolvimento social do país através da cultura. Na Bahia, já existem 218 Pontos de Cultura, espalhados pelos diversos territórios de identidade. Para saber mais sobre o Programa Pontos de Cultura e conhecer todas as iniciativas brasileiras, acesse: www.cultura.gov.br/cultura_viva

POVO D'ÁGUA: UMA RELAÇÃO DE AMOR, DEVOÇÃO E INTENSIDADE COM O SÃO FRANCISCO

Dificuldades não retiram dos ribeirinhos sua gratidão ao rio



Para os pescadores da região, o Rio São Francisco é cheio de vida e sonhos

O Rio São Francisco está presente na vida de todos os moradores da região, direta ou indiretamente. Das esculturas do mestre Gérard às histórias dos mais experientes na ciranda de contos de Ibotirama, o Velho Chico cria ramificações que inundam a imaginação dos seus filhos. Mas ninguém consegue ter uma relação tão intensa, que envolve dependência e devoção, quanto a dos pescadores e o rio.

“O sol castiga, as costas doem, a água atrai mosquitos, mas o São Francisco é tudo, né? Sua água mata nossa sede, dá comida, dinheiro, permite plantar nossa horta. O rio é tudo, é o que a gente tem de melhor aqui”, afirma, apaixonadamente, o presidente da Colônia de Pescadores Z-30 de Barra, Francisco de Nascimento Modéstia.

Só em Barra, existem cerca de 2 600 pescadores, segundo o presidente da Colônia. “Mas se pensarmos naquelas pessoas que trabalham indiretamente com a pesca, como a mulher

do trabalhador que fica em casa costurando a rede e o tarrafo do marido e preparando a comida que ele leva para a rancharia, veremos que muito mais gente depende do rio”, argumenta.

As dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos parecem aumentar a cada ano. “Desde 2000 o tamanho dos peixes tem diminuído. Felizmente conseguimos pensar em algumas soluções para os momentos mais difíceis, como a época da piracema.”

Piscicultura - Uma das principais fontes de renda dos pescadores neste período é a piscicultura no Rio Grande, projeto desenvolvido pelo Sebrae, em parceria com a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), Cooperativa Barra Pescado e outras instituições.

Vinte e quatro famílias participam do projeto, que produz cerca de 50 mil toneladas de tilápia por ano. Toda a produção

é comprada pela Companhia Nacional de Abastecimento e entregue às escolas, creches e associações do próprio município. Desta forma, todos os recursos envolvidos na cadeia produtiva permanecem na região.

Apesar de estar em um ambiente controlado, a produção na piscicultura também exige um preço do trabalhador. Os pescadores se revezam na rancharia em regime de três

dias por turno. Nesse período, o trabalhador dorme em um barco, ou na própria margem do rio, caso não chova. As horas vagas são preenchidas, claro, com um “balanço” das histórias vividas por cada um, como a do pescador que, ao esquecer a isca, decidiu cortar um pedaço do próprio pé para dar aos peixes. “Diz ele que não perdeu nenhuma linha, pegou várias piranhas”, conta Francisco, às gargalhadas.



O pescador Francisco Modéstia faz muitas críticas à dureza do seu trabalho, mas não hesita em afirmar: “o rio é tudo”

FUNDO DE PASTO



Nilza Francisca Vieira, presidente da Central da Associação de Fundo de Pasto, ressalta o conceito de comunidade

Visitar a comunidade de Várzea Grande, em Oliveira dos Brejinhos, é ver se materializar o conceito da palavra comunidade. São 77 famílias convivendo em harmonia, com animais à solta em grandes pastos que são partilhados por todos. É ver beleza nas mãos calejadas dos sertanejos, encantar-se com os reisados femininos e rir com as chulas dos homens. É ouvir as histórias de pessoas que, apesar do sol, da seca e das dificuldades, amam sua terra e nem sonham se separar de sua gente. “Não somos 77 famílias, somos uma família só, que mora em centenas de casas. Somos apegados às nossas terras porque aqui temos uma solidariedade difícil de se encontrar em outros locais. Aqui,

aprendemos a nos ajudar, a tirar proveito do semiárido”, conta a moradora de Várzea Grande e presidente da Central da Associação de Fundo de Pasto, Nilza Francisca Vieira. Os fundos de pasto são comunidades bastante comuns no semiárido baiano, onde o uso e a ocupação da terra acontecem de forma comunitária, com caprinos e ovinos pastoreando em grandes extensões de terra sem demarcação. As propriedades privadas existem, mas as regras centenárias, passadas de geração a geração, permitem que muitos desses terrenos não tenham cercas. Ainda assim, cada família sabe onde começa e onde termina seu pedaço de chão.

Na Bahia, existem hoje 413 áreas coletivizadas, que envolvem um total de 16.438 famílias. Dessas áreas, 125 estão reconhecidas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 96 estão tituladas.

A FÉ QUE ADENTRA A MONTANHA

“O milagre não está só lá dentro, não. Não vou pra gruta pedir nada, porque meu milagre já aconteceu e continua a acontecer. Se não fosse por este santuário, eu estaria passando fome. Mas é só vir pra o pé da gruta que Deus dá um jeito de ganhar um dinheirinho”. O relato é da vendedora ambulante Marilene Farias dos Santos, 50 anos, que ganha a vida vendendo lembranças da gruta de Bom Jesus da Lapa. A cidade, local da terceira maior romaria do país, é um caldeirão em que se misturam fé, crenças e geração de renda. É a partir da fé dos brasileiros no santuário de Bom Jesus da Lapa que outros milagres acontecem ao redor da gruta.

Dentro dela os milagres da fé movem os peregrinos. É o caso de Senhorinha Tereza de Paixão Novaes, 75 anos, moradora de Ituberá, a 800 Km de Bom Jesus, que foi agradecer. “O Bom Jesus já me agradeceu várias vezes. Certa feita eu caí e quebrei o

fêmur. Os médicos disseram que eu só poderia voltar a andar se fizesse cirurgia. Mas eu não podia, porque tenho pressão alta e diabetes. Rezei muito e Jesus curou minha perna. Só que eu errei. Não vim aqui pagar a promessa”, conta.

Senhorinha acredita que esta promessa não paga foi a culpada por um novo acidente, ocorrido meses depois. “Caí de novo e quebrei o mesmo osso. Os médicos disseram que eu não ia voltar a andar. Mas eu tive fé de que Deus ia me perdoar. Agora aqui estou eu, agradecendo a bondade do Senhor”, revela a aposentada.

Histórias como essas preenchem a gruta onde fica o santuário. Nas paredes do local, centenas de ex-votos traduzem a fé inabalável do sertanejo, a mesma que faz com que dona Marilene se despeça de nós na saída da gruta: “Deus te acompanhe, meu filho, e boa viagem. Anda, que a Bahia é grande!”



Ex-votos materializam a fé do sertanejo

Cultura é o que?



“Obaluaê me deu o conhecimento e o rio me dá a matéria-prima”, afirma o artesão Gérard Machado

RELIGIOSIDADE ESCULPIDA EM MADEIRA

Transmutação e sonho. Estas são as chaves para se entender as obras expostas e produzidas no Instituto Gérard, no município de Barra, região do Velho Chico. O local é um convite à contemplação, graças ao amplo jardim repleto de trabalhos do artesão Gérard Machado da Silva e de seus alunos. As obras que mais chamam a atenção são os santos e orixás de 1,70m, entalhados em madeira ou esculpidos em argila, com dupla face: de um lado um santo católico e do outro, um orixá.

Gérard Machado da Silva é escultor desde os 11 anos. Nunca fez nenhum curso de artes plásticas. A habilidade e o talento vieram, segundo ele, de um sonho. “Uma noite sonhei que estava entrando na gruta de Bom Jesus da Lapa, mas eu nunca tinha estado lá. Caminhava, até que vi Jesus. Quando acordei, senti uma enorme vontade de fazer uma imagem em homenagem a Ele. Corri para a cozinha, peguei uma faca e um pedaço de madeira e esculpi o Cristo”, conta, emocionado. De lá para cá, a cada noite, Gérard sonha com santos católicos e, principalmente, com orixás do candomblé, sua religião. “Sou filho de Obaluaê com Oxum. Obaluaê me dá inspiração, orientação. Por isso aprendi sozinho a esculpir. Na verdade, foi ele quem me ensinou.”

Escola de Arte Escultural - Em 2003, Gérard criou a Escola de Arte Escultural, para ensinar às crianças do bairro de Santa Clara. Atualmente, cerca de 20 jovens são aprendizes do escultor. Qualquer um pode se inscrever nos cursos gratuitos, desde que more no bairro e esteja cursando uma das escolas públicas da cidade.

CANTIGA DE RODA DE VALENTE

As saias de chitas estampadas com flores balançam ao ritmo das cantigas que o grupo de mulheres conhece, desde a infância, das roças da região de Valente, no Território do Sisal. O trabalho árduo sob o sol do semiárido carecia de alguma distração para que os lavradores pudessem suportar um dia inteiro de labuta nas roças. Cantar, então, era uma das saídas, já que o trabalho não podia esperar.

“A gente canta desde que nasceu. Cantava na roça plantando feijão e mandioca, cantava nas festas, cantava sempre, era só arranjar motivo”, conta D. Elsa, de 53 anos. As cantigas que falam de paixões e da vida no campo estão no repertório das moças, que dançam com paus de fitas coloridas nas mãos, acompanhadas de homens tocando instrumentos de percussão. “Minha família é de cantador. Meu pai lavrava e sambava”, conta Isaías de Jesus, que aos 64 ainda toca com a mesma empolgação de quando era jovem.



O grupo Cantiga de Roda extrai músicas até de capacetes

O CONTRADITÓRIO PROFANO-RELIGIOSO DO TERNO DE REIS

As senhorinhas de Zuca/Amparo pedem licença para o Reisa-do passar. Os chapéus de palha com fitas coloridas e as saias de flores dão tom de folguedo ao ofertório, que vai de casa em casa saudando moradores e pedindo oferendas para a festa da padroeira da comunidade, Nossa Senhora do Amparo, realizada, ali, todo terceiro domingo de dezembro.

O grupo, formado há cerca de cinco anos, reanima a cultura de Ternos de Reis, trazida ao Brasil pelos portugueses ainda nos primeiros momentos da colonização. Com o tempo e a releitura de religiões, a folia, que era realizada entre o Natal e o Dia de Reis, 6 de janeiro, ganhou nova conotação e as visitas às casas passaram a ser feitas em qualquer época do ano e em nome de diversos santos. "Se faz Reis de tudo. Basta fazer uma promessa e seguir com a cantoria", explica Manoel Oliveira dos Santos, o Domingos Coelho, único violeiro do reisado de Amparo. "O povo diz que quando a mulher tem 'barriga' de duas placentas tem que fazer promessa pra Cosme e Damião, porque, quando são gêmeos assim, corre o risco de que uma das crianças morra", conta o tocador de 61 anos.



Em Coité, os Reis de moça misturam cânticos sacros e muito samba, até com garrafa na cabeça

SAMBA DE REIS



Cantiga que encerra os Reisados:

"Até mais logo, meus senhores e minhas senhoras também / Se não cantamos do seu jeito, deixem para o ano que vem / A despedida é rigorosa / Adeus, meu povo, que as rezeirinhas vão embora / Adeus, meu povo, com alegria / Adeus, meu povo, até um dia."

A resposta estridente do coro feminino de Reis se confunde com o som dos tambores, flautas, pandeiros, reco-reco e, sobretudo, da viola caipira, instrumentos que são parte fundamental dos Reisados. Enquanto homens tocam, uma ou duas mulheres puxam a cantoria e as outras seguem a ladainha musicada. Em Itamar, distrito de Conceição do Coité, até o samba de raiz ganhou espaço na contraditória manifestação profano-religiosa. Com uma garrafa na cabeça e um requebrado dos ombros aos pés, algumas mulheres aproveitam os Reisados como se fosse uma folia carnavalesca. "Nem toda música se encaixa no ritmo pra dançar, e Reis bom mesmo é aquele que a gente canta e dança", confessa Francisca Almeida Pinho, coordenadora do Reis de Moça de Itamar.

Apesar de esta tradição ter perdido força ao longo do tempo, os triângulos, as sanfonas, a viola e as lembranças dos mais antigos ainda insistem em reanimar a cultura do centenário Terno de Reis. Francisca Pinho, de Itamar, pondera: "Eu sentia muita saudade dos Reisados que eu via na infância. A última família que ainda tinha Reis aqui foi embora e eu vi que se a gente não ensinar para esses jovens, nossa cultura vai se acabar, porque os mais velhos vão morrendo e, com eles, nossa memória também".

Em 2007, durante a II Conferência Estadual de Cultura, a Secretaria de Cultura da Bahia percorreu todos os territórios de Identidade do Estado para ouvir demandas de políticas públicas para a preservação e valorização cultural da Bahia. As culturas populares ficaram em primeiro na lista das prioridades da sociedade para ações governamentais. Foram 181 indicações para Patrimônio Imaterial, que reúne os conhecimentos vivenciados pelas comunidades tradicionais. Em 2009, um novo processo se iniciará para a construção da III Conferência. Participe, discuta as necessidades da sua cidade e território. Mais informações, no site: www.cultura.ba.gov.br.

VELHO CHICO



QUILOMBO DE RIO DAS RÃS

Nas comunidades rurais do Velho Chico visitadas não existem farmácias ou postos médicos. Há, no entanto, uma abundância de soluções para as mais diversas enfermidades, como comprovou o nosso repórter fotográfico Mateus Pereira. Acometido de uma forte gripe, Mateus se rendeu às indicações naturais dos quilombolas de Rio das Rãs e se “medicou” com “caatinga de porco”, planta muito usada pelos moradores locais. Segundo o fotógrafo, a infusão, ingerida com cachaça, funcionou!

OLIVEIRA DOS BREJINHOS

Entre tripés, câmeras e equipamentos fotográficos, nossa equipe enfrenta um sol que não dá trégua. A claridade é tamanha que fica difícil até abrir os olhos. De repente, para surpresa geral, um estrondo ecoa. Minutos depois, um novo estrondo, desta vez inconfundível: sob 40 graus, em pleno sertão, o céu do Velho Chico nos surpreende com trovoadas. No horizonte, bem ao longe, um belo espetáculo de raios e relâmpagos recheia as nuvens. Surreal.



Quilombo de Rio das Rãs, próximo a Bom Jesus da Lapa.

SISAL



SERRINHA

Depois de uma manhã inteira e parte da tarde trabalhando sob o sol no Quilombo da Flor Roxa, nosso guia e companheiro de pauta, Galeguinho, morador de Serrinha, nos levou a um restaurante onde poderíamos almoçar a legítima carne de bode do interior. Mas nem Galeguinho imaginou que em vez de bode nos serviriam carneiro! Continuamos no desejo do bode...



VALENTE

Chegamos a Valente num domingo à noite. Nossos telefones celulares não funcionavam. No hotel onde ficamos hospedados, só ligações para aparelhos fixos. Não encontramos onde comprar cartões telefônicos e havia urgência em nos comunicarmos com nossos contatos. Realmente, as tecnologias de comunicação nos deixaram quase seus escravos. Quase. A saída foi a mais simples: perguntamos pelas ruas se as pessoas conheciam quem estávamos procurando e, de informação em informação, chegamos à sede da Apaeb e a outros dois contatos. “Quem tem boca...”

Praça da Igreja é cenário de manifestações culturais em Catolés



CATOLÉS

DISTRITO DE ABAÍRA

Saímos de Abaíra rumo ao povoado de Catolés. No caminho fomos surpreendidos por uma estrada de pedras quase intransitável em certos trechos. Depois de passarmos mais do que o dobro do tempo previsto na estrada, chegamos ao nosso destino. A igrejainha onde havíamos marcado um encontro com as meninas que iam dançar o “trança-fitas” estava repleta, parecia dia de missa. Mas todas aquelas pessoas estavam ali para nos receber. O distrito nos esperava! A dificuldade de passar pela estrada tinha valido a pena, tanto pela recepção quanto pela beleza da dança.



Cozinheiro prepara carne de bode... ou será carneiro?

CHAPADA



RIO DE CONTAS

Cartas de alforria ou compra e venda de escravos, todas manuscritas em belas letras, e livros de registro do que havia na antiga vila estão guardados e acessíveis à pesquisa no Arquivo Público da Cidade. A emoção de folhear documentos centenários nos transporta para o período daqueles acontecimentos.

Casa Afrânio Peixoto, em Lençóis

O casarão do século XIX, em frente à Igreja do Rosário, em Lençóis, é o mesmo que há 132 anos abrigou o nascimento de Júlio Afrânio Peixoto. A indiscutível trajetória intelectual do lençoense, formado em medicina aos 21 anos, começou cedo. “Juntamente com Nina Rodrigues e Juliano Moreira, iniciou, algum tempo depois, no Brasil, estudos sobre patologias mentais, paranóias, complexos de vaidade e inferioridade”, explica Sueli Seixas, diretora da Casa Afrânio Peixoto, biblioteca especializada em escritos do autor.

Com recursos do Monumenta - programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, do Ministério da Cultura – e apoio do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (Ipac), o espaço passou por ampla reforma em 2008, quando ganhou auditório com 100 lugares, ampliando os serviços prestados à população lençoense. O local pode ser utilizado para diversas atividades, como palestras, seminários, conferências, exibição de filmes e apresentações culturais.

O acervo reúne 601 títulos de autoria de Afrânio Peixoto e de outros escritores que citam o lençoense, além de livros do acervo pessoal do médico



A Biblioteca Afrânio Peixoto conserva matrizes originais de obras do escritor, que lançou o primeiro romance aos 24 anos



A biblioteca

O primeiro pavimento do casarão, administrado pela Fundação Pedro Calmon, abriga uma pequena mostra do acervo literário que Afrânio Peixoto produziu ao longo de seus 70 anos. O médico escreveu mais de 100 livros, alguns, inclusive, manuscritos. O perfil de polígrafo permitiu que ele transitasse por áreas diversas, como pesquisas científicas e romances. “Eu acredito que os exercícios para conseguir dominar a coordenação da mão direita – Afrânio Peixoto era canhoto – acabaram desenvolvendo o outro lado do cérebro, o que possibilitou que ele escrevesse sobre muitos assuntos”, atesta Sueli. No térreo do casarão funciona a biblioteca pública, aberta à pesquisa, onde podem ser encontrados manuscritos originais, livros do acervo particular, edições produzidas especialmente para o escritor, móveis do consultório médico, entre tantos outros objetos históricos. “Há, aqui, mais que uma memória. Temos o coração do trabalho de Afrânio Peixoto.” E continua a diretora, afirmando: “O comprometimento que ele tinha com o saber era surpreendente. Tanto que chegou a dizer ‘escrevi, escrevi e nada mais fiz’.”

Sueli Seixas, diretora da biblioteca, mostra os recortes de jornais que Afrânio Peixoto reunia com notícias sobre seus trabalhos



Bom Jesus da Lapa e o Ponto de Cultura Capoeira Cidade Cidadã

O Ponto de Cultura Capoeira Cidade Cidadã atende diariamente cerca de 300 crianças e adolescentes em Bom Jesus da Lapa. “Começamos com a capoeira, mas percebemos que um bom capoeirista tem que aprender outras coisas. Além de tocar berimbau e atabaque, os nossos alunos aprendem sobre suas raízes africanas, informática e recebem aulas de alfabetização”, explica a vice-presidente da Instituição, Raquel Cordeiro Leite. “Fazemos questão de ensinar aos mais jovens nossas tradições. Temos o maculelê, que é ao mesmo tempo dança e luta, como a capoeira. Tem origens indígenas e africanas”, explica Raquel. “Temos

também a puxada-de-rede, em que os pescadores faziam pedidos de dias melhores a Yemanjá”, complementa. Outra manifestação revivida no local é o bumba-meu-boi.

“Quando saí de Bom Jesus para morar em Santo Amaro da Purificação, terminei aprendendo capoeira. E isto mudou minha vida. Quando voltei para cá e vi tanta criança na rua, achei que estava na hora de mudar a vida delas também”, afirma mestre Fazinho, fundador da entidade, que conclui dizendo que desde a sua criação o Ponto de Cultura Capoeira Cidade Cidadã já atendeu mais de 5 mil jovens e adolescentes de Bom Jesus da Lapa.

Mestre Fazinho, fundador da instituição



Alunos aprendem também a puxada-de-rede e o maculelê, entre outras manifestações



O Ponto de Cultura atende cerca de 300 jovens e adolescentes



Acervo do Gonzagão



Aracaju, ano de 1981:

Luiz – “Você me conhece?”

Guilherme – “Conheço, mas não gosto de sua música.”

Luiz – “E não gosta por quê?”

Guilherme – “Porque eu sou americano. Eu gosto de ouvir rock.”

Luiz – “Você ficou chateado porque eu falei dos seus cabelos, é? Fique não! Eu tenho uma música que fala de cabeludo. Mas, me diga, você já escutou Luiz Gonzaga?”

Guilherme – “Não.”

Luiz – “E como é que disse que não gosta? Eu vou lhe dar um disco.”

“Dengo Maior”, lançado em 1978, foi o presente de Luiz Gonzaga a Guilherme Machado, então discógrafa de uma rádio que estava sendo implantada em Aracaju, Sergipe. Aquele foi o primeiro LP da coleção de mais de 600 peças de um acervo particular que conta a história do Rei do Baião.

O primeiro contato com Gonzagão foi um pouco áspero, porque Guilherme não tinha gostado dos comentários que o músico tinha feito pelos corredores da rádio sobre seu cabelo. Mas Luiz Gonzaga, vivido e experiente, contornou a birra. De lá pra cá, já são mais de 20 anos de admiração do discógrafa pelo sanfoneiro mais famoso do país.



Desde os anos 80, Guilherme reúne fotos e objetos que contam a história do Rei do Baião



O espaço e o acervo

Um antigo quarto nos fundos da casa de Guilherme, em Serrinha, serve de museu improvisado para a coleção de discos e fotografias do cantor. Há, ainda, objetos como uma sanfona, de 1907, que pertenceu ao pai de Gonzagão, Januário. “Algumas coisas eu comprei, outras me deram de presente, ao saberem da minha admiração por Luiz Gonzaga”, diz o colecionador. O acervo, apesar de particular, recebe muitos visitantes, inclusive pesquisadores. “Pra mim, a música é patrimônio público, é de todo mundo e merece estar acessível, sobretudo quando é boa”, declara o colecionador.

O museu guarda 245 discos de vinil, 150 quadros com fotografias e cartazes de shows, 16 fitas de vídeo, 86 CDs, três sanfonas, seis fitas K7, além de autógrafos e mais fotografias do Rei do Baião, distribuídos nas quatro paredes e até no teto. “A sanfona que está aqui como sendo de Gonzagão é legítima. O ano dela é 1929”, aponta Guilherme, que procura saber a história de cada objeto para poder contar depois. “Naquela foto ali, é ele com João Paulo II, em 1982. Luiz Gonzaga deu uma sanfona pra o Papa, mas ele a devolveu e disse: ‘bota no museu, cantador’. Foi daí que veio a idéia de formar o museu que tem lá em Exu, onde Gonzaga nasceu”, conta Guilherme. “Pena que a minha sanfona não é a mesma que ele deu ao Papa”, brinca.

A coleção reúne mais de 500 peças sobre Gonzagão



Em Barra, conheça o Centro Cultural Avelino Freitas

Biblioteca com 2 mil livros, romances de Castro Alves e Jorge Amado, enciclopédias como Larousse e Barsa, computadores com acesso à internet, videoteca, sala de exposições e auditório. Todos esses recursos estão à disposição dos moradores de Barra, no Centro Cultural Avelino Freitas. O local recebe todo mês um público de 1.500 pessoas, a maioria estudantes das escolas da cidade.

Um dos locais mais procurados é a sala de exposições. Lá, os visitantes encontram curiosidades como “diplomas de coronéis”, originais, assinados e emitidos pelos presidentes Campos Sales e Nilo

Peçanha; exposição de artesanato local; amplo painel contando a história de Barra; artesanato da terra; um exemplar do jornal paulista “Diário Popular”, do dia seguinte à decretação da Lei Áurea.

A videoteca conta com mais de 100 aulas em vídeos educativos, voltados para a preservação ambiental, técnicas agrícolas, geografia e história. Na central multimídia os estudantes podem também encontrar cursos de línguas e informática gratuitos. “Desde a inauguração, em 1999, mais de 4 mil jovens já fizeram os cursos oferecidos”, comemora o administrador do local, Rogério Figueiredo.



Centro Cultural Avelino Freitas

União da aspereza da caatinga com

“Quebranto de
caatinga tora rente
Quizumba matadeira
de matuto
Não perdoa nem
luar nascente
Rasga ventre come
inté raiz de dente”

Música Cama de Quiabento, composta por Paulo Araújo e João Filho.

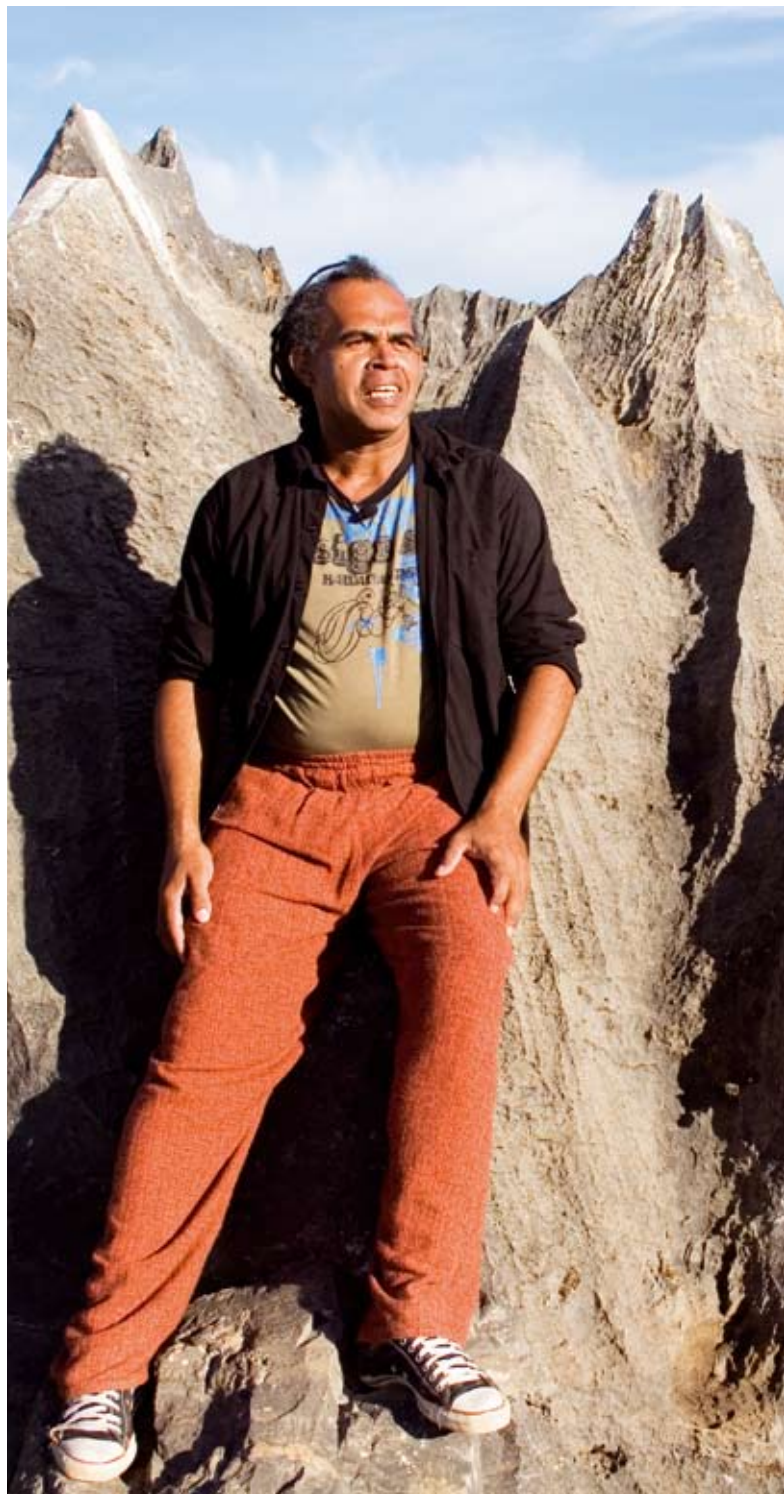
Gravada pela banda Morão di Privintina.

O espaço de ensaio do grupo Morão di Privintina já demonstra a veia musical da banda. Os músicos tocam em uma pequena gruta ao pé do morro de Bom Jesus da Lapa. O interior da montanha, local sagrado para os romeiros, é periodicamente inundado pela mistura de baião, forró, rock e uma pitada de MPB. “Trazemos uma informação cosmopolita, mas voltada para nosso útero”, traduz o vocalista Paulo Araújo, tentando explicar o estilo musical do grupo. “Acredito que somos uma ramificação da Música Popular Brasileira, com a aspereza da Caatinga e os superlativos do São Francisco”, afirma Paulo, acompanhado pelos músicos Peú (bateria e baixo), Hairton Gonçalves (guitarras) e Jins (percussão).

Paulo Araújo começou a tocar aos 15 anos, ao ouvir as músicas de Chico Buarque. A vontade de cantar como o ídolo, unida ao gosto pelas coisas da sua terra, fez o adolescente sair à procura de amigos e professores que pudessem ensiná-lo a tocar algum instrumento musical e a ler e escrever as notas musicais. “Nunca tive aulas formais, sempre aprendi tudo na base da vontade, da amizade e tomando emprestado livros sobre o assunto.”, conta o artista.

Com o passar dos anos, Paulo compôs diversas músicas, mas não tinha um incentivo para criar a própria banda. “Até que surgiu, no final da década de 90, o Canta Vale, projeto que nasceu em Bom Jesus da Lapa, com o objetivo de divulgar a arte da região por meio de festivais de música, e esteve presente, inclusive, em Salvador, em noites musicais no SESI Rio Vermelho. Foi uma ótima oportunidade para tornar minhas composições conhecidas”.

Fazer música no Sertão, tão longe dos grandes centros da indústria cultural, mostra-se uma tarefa muitas vezes árdua. Apesar de existir desde 1997, a Morão di Privintina só lançou o primeiro CD no ano passado. “A dificuldade de se produzir um material era enorme, no começo de nossa história. Não tínhamos acesso à mídia ou ao capital necessário”, explica o vocalista. A situação só começou a mudar nos últimos anos,



“Acredito que somos uma
ramificação da Música Popular
Brasileira, com a aspereza da
Caatinga e os superlativos
do São Francisco”

Paulo Araújo, vocalista da Morão di Privintina

os superlativos do São Francisco



A banda foi criada em 1997, na cidade de Bom Jesus da Lapa

com o início da descentralização dos financiamentos e apoios culturais, que valorizaram as expressões artísticas do interior baiano. O otimismo de Paulo se confirma em retorno de público. O Morão, como também é conhecido, é bastante popular e realiza uma média de dez apresentações mensais. “Acredito que fazemos uma dualidade interessante entre a Caatinga e o São Francisco”, pontua o cantor. Dualidade que se apresenta através de letras recheadas de histórias, temas e verbetes sertanejos, como na música “Cama de Quiabento”, nome que também intitula o primeiro CD da Morão, “Quiabento é uma leguminosa espinhosa que não dá sombra. É uma forma de dizer que ninguém pode deitar neste lugar, uma forma de demonstrar as dificuldades, a falta de acesso; mas também a força de quem convive nas regiões de seca, algo necessário e ao mesmo tempo natural”, explica, argumentando que as letras de todas as canções são viscerais.

O CD “Cama de Quiabento” traz canções autorais que lembram grandes nomes da música nordestina, a exemplo de Alceu Valença e Zeca Baleiro; e também mostra a forte influência de Gilberto Gil e Hermeto Pascoal sobre os músicos da Morão. “O repertório deste CD veio da vontade de vomitar a realidade. Aquilo que está em volta da gente.”

Nos últimos meses, Paulo tem-se debruçado sobre seu violão e composto novas músicas para o segundo CD, que já tem até nome: Janela do Ermo. “As canções estão praticamente prontas. Vamos, agora, fechar patrocínios para entrar em estúdio e gravar o novo material. Além disso, planejamos levar o nosso som para os locais mais longínquos do país, preferencialmente cidades que ainda não conheçam a música do São Francisco.”

Quando pergunto se eles não prefeririam fazer música em outro lugar, mais próximo dos grandes centros, o que facilitaria a trajetória do grupo, Paulo é taxativo: “Compor e tocar aqui é bom demais. Tem cada figura, cada imagem... esse povo não se vê em nenhum outro lugar.” “É muito bacana”, conclui, em uma espécie de convite.



Ficha técnica

Nome do grupo: Morão di Privintina

Cidade: Bom Jesus da Lapa

Ano de fundação: 1997

CD Cama de Quiabento

R\$ 10

“Morão de que?”

O curioso nome Morão di Privintina rende homenagem aos primeiros sertanejos, para os quais o arame farpado era muito caro. Desta forma, valia a palavra do homem na hora de demarcar as terras. Era o tempo da “terra cantada”. “Fincava-se um mourão no chão para marcar o ponto em que a terra começava e terminava. Era um ‘mourão de prevenção’. Usamos uma corruptela, uma variação, daí Morão di Privintina”, explica Paulo.

Você conhece alguma

RIO DAS RÃS

À primeira vista, quem chega ao Quilombo de Rio das Rãs, próximo a Bom Jesus da Lapa, encontra apenas uma comunidade rural. O encanto do lugar, entretanto, não está nas ruas de terra batida ou nas hortas com poder curativo. “Aqui é terra de sossego, de paz. Todo mundo é da família, todo mundo se entende. Não há violência”, esclarece o agricultor Almecino Pereira da Silva.

Os quilombolas de Rio das Rãs vivem da agropecuária. Não há iluminação nas ruas, mas as casas já possuem energia. “Morar aqui é bom demais. Trabalho num pedacinho de terra que cuido. Planto feijão, arroz, melancia, abóbora e milho. Sei fazer de tudo porque meus pais que me ensinaram”, afirma Almecino.

Eventuais conflitos são resolvidos em grupo, com reuniões gerais nos casos mais graves. “Se, de repente, algum morador contrariar as normas, fazemos uma votação com toda a comunidade para decidir pela expulsão ou não do vizinho. Claro que damos uma

segunda chance. Mas se não resolver, e se a maioria achar que ele deve sair, então ele tem que sair”, explica Zezinho. Fazer parte da comunidade também exige um teste de fogo. Moças ou rapazes que se casam com gente de fora têm seus cônjuges submetidos a uma “sabatina”, quando são questionadas as pretensões do casal e são passadas as regras do estatuto. “Já tivemos um caso em que um rapaz que se casou com uma quilombola saiu matando animais dos vizinhos. Tivemos de fazer uma votação e foi decidida a expulsão.”

História - O Quilombo de Rio das Rãs foi utilizado por escravos fugitivos das fazendas de Pernambuco e do Sertão baiano, entre os séculos XVII e XVIII. Em 1850, supostos donos das terras tentaram legalizar os terrenos em que moravam negros e índios aquilombados. Segundo relatos os moradores mais antigos, para evitar a violência os antepassados entraram em acordo e passaram a trabalhar



Professor Zezinho, líder da comunidade

como vaqueiros.

“Naquela época, os fazendeiros impediam as manifestações culturais. Não era possível. Derrubavam casas, ameaçavam de morte, matavam animais e jogavam veneno nas plantações”, explica o líder da comunidade, Moisés Cândido da Silva, mais conhecido como professor Zezinho.

Após anos de conflitos, o quilombo conquistou a posse das terras e, a partir daí, a efervescência cultural retornou às casas e ruas da comunidade. “Agora já podemos cantar, dançar. Temos banda de afoxé, grupo de dança afro, temos nossa religião. Enfim, agora somos livres”, afirma o professor.

Banda quilombola - A banda de Rio das Rãs é um sucesso na região. O grupo realiza diversas apresentações nas cidades vizinhas. “É um espelho da gente. Com a Banda, saímos pela Bahia, cantando

nosso som, nossa realidade, com nossas músicas”, conta Almecino. O repertório aborda o orgulho da ancestralidade, a exemplo da música “Eu sou negro”, cuja estrofe canta “eu sou negro, eu não me escondo, tira a minha foto”.

Religiosidade - Outra tradição que persiste na região do Rio das Rãs é a “jurema”, culto que se dedica aos espíritos do lado ocidental do Atlântico, a exemplo dos caboclos. Líder espiritual e “zelador-de-santo” do Centro de Jurema Mesa Branca, Leonardo José de Oliveira realiza “olhadas” e cultos. A olhada consiste em ver em uma bola de cristal ou de vidro, prevendo os problemas de saúde de cada pessoa e indicar folhas, infusões ou remédios a serem tomados. “Aqui não batemos tambor, não fazemos oferendas, não jogamos baralho. Tudo é feito com água”, explica o “pai-de-cabeça”.



A banda de Rio das Rãs integra, diverte e reforça a autoestima dos quilombolas.

comunidade quilombola?



Carmo, líder do Quilombo de Barra, luta pelos direitos da comunidade

BARRA DO BRUMADO

Todos os domingos, o fim da tarde é dedicado às orações na pequena capela de São Sebastião, povoado de Barra do Brumado, a cerca de 15 Km de Rio de Contas, na Chapada Diamantina. As moças, com seus cabelos penteados, em tranças ou apenas laçados, dividem espaço com as senhoras, que trazem véus sobre as cabeças. Há alguns poucos homens, incluindo Carmo, líder da comunidade, que atua como capelão na hora da missa.

A cena, típica de tempos mais antigos, não traria nada de inusitado se não estivesse ocorrendo na comunidade remanescente quilombola. A educação católica portuguesa imposta aos muitos povos que deram origem à população brasileira deu nova forma às culturas. O rito pagão de alguns ou mesmo mítico de

outros, como de indígenas tupiniquins, foi reformulado em alguns grupos ou totalmente extinto noutros, como em Barra.

Resistência - Claudina Martins Silva, a D. Coló, é uma pequena senhora que, aos 90 anos, ainda canta e samba com uma garrafa sobre a cabeça. “Eu aprendi quando era menina. Os homens ficavam tocando na varanda e as moças, na sala, dançando. Era assim que a gente fazia festa”, conta D. Coló, exímia dançarina de bendengó, tipo de samba em que se joga o corpo bruscamente para frente e para trás, em rodopios, acompanhado pelos batuques dos homens. “Eu não sei como começou essa dança, mas a gente faz desde pequenininha”, lembra, docemente, a filha do quilombo.

História perdidas - Muitas histórias perderam seus enredos com os anos. O fato de D. Coló não saber ao certo a origem de sua cultura, por exemplo, é costumeiro de alguns grupos. “Os mais antigos não contavam direito às crianças a história dos escravos, talvez por medo de que se espalhasse e viessem a capturar aqueles que estavam no quilombo”, aposta a arte-educadora Ana Rosa Soares, da Oficina de Sonhos e Bonecos, de Rio de Contas. “Nunca passaram pra gente de onde nossos antepassados vieram. A única história que sabemos é como eles chegaram aqui”, diz Carmo Joaquim da Silva, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado, Bananal e Riacho das Pedras, os três quilombos remanescentes de Rio de Contas. “Naquele tempo, menino não podia ficar ouvindo conversa de adulto. É por isso que a gente não sabe muita coisa”, garante Coló. “Como os velhos foram embora, as histórias foram junto com eles”, completa.

No mundo - Os grupos de raiz africana não apenas buscam manter suas histórias e cos-

tumes, mas sintonizam com o resto do mundo. Jovens do Quilombo de Barra estão estudando e trabalhando fora, com o intuito de aperfeiçoar seus conhecimentos. “Nós damos apoio para que os meninos estudem em universidades, se formem e venham ensinar à comunidade um pouco do que aprenderam. É uma forma de contribuir com o desenvolvimento do nosso povo”, diz Isabel Preziliina Silva Pina, artesã de Barra. “Nós temos cinco jovens que estão estudando em Cuba”, orgulha-se.

A comunidade, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombola, desde 2005, ainda vive de forma discreta, e até carente, apesar de todo o envolvimento com a cultura contemporânea. Os 300 moradores, em média, dividem-se em 70 casas, com energia elétrica, uma escola com turmas até o 5º ano do ensino fundamental e um posto de saúde. Telefonia, somente a rádio. “Nós lutamos para ter uma estrutura mínima, para que as pessoas possam morar aqui. Se não der mais pra viver em Barra e todo mundo for embora, a história do quilombo vai se acabar?”, questiona Carmo.

Originalmente, quilombos eram pousos para viajantes, em muitas regiões africanas. No Brasil e em Cuba ganhou conotação de refúgio para escravos em busca de liberdade. Desde 2004, o Brasil iniciou a certificação e proteção destas comunidades. Na Bahia existem 227 comunidades quilombolas reconhecidas. Saiba mais: www.palmares.gov.br



O segundo jornal da Bahia

Horácio Pereira comprou, no final do século XIX, uma prensa para o município. “Para chegar aqui deu trabalho. Teve viagem de navio, de trem e até de burros”, conta Edson de Oliveira, bisneto do fundador do jornal Correio do Sertão, o segundo mais antigo da Bahia e que por 90 anos, de 1917 até 2007, foi rodado na mesma prensa, sem dar defeito ou precisar de qualquer ajuste. Para provar a façanha, trouxemos um exemplar.



Quem deu nome a Coité?

Conta-se que, pela quantidade da fruta coité encontrada na Região do Sisal, talvez o município de Conceição do Coité tenha herdado daí o seu segundo nome. Curiosa de como seria a fruta, a equipe da Bahia de Todos os Cantos encontrou-a durante a viagem: um fruto verde, oco, que lembra, à primeira vista, um coco. Serve como cuia, semelhante a uma cabaça. O pesquisador coiteense Orlando Matos, porém, discorda. Para ele, o município foi batizado graças aos tropeiros, que “no século XVIII, em busca de água, batizaram o lugarejo de Coité, fazendo a junção das palavras em Tupi “co”, que quer dizer buraco, e “eté”, que significa importante”, esclarece.



Cavalo x Moto

Pelas ruas e estradas do Sisal o que mais se vê são homens sobre motos, em substituição aos animais. A releitura do meio de transporte ganha formatos inusitados, como capa de sela de cavalos nos bancos e cangalhas penduradas nas laterais. “A gente, agora, anda é de tudo aqui. Cavalo, jegue, moto... é só ajeitar o transporte ao que se precisa e fica tudo certo”, considera Alvinho Miranda, de quase 80 anos, que passeia na garupa de uma moto pelas estradas de barro do Poço Grande, distrito de Araci. Bernardo de Jesus, vaqueiro, discorda: “Cada um é para uma precisão. O cavalo é muito importante também, porque deve ter lugar que o bicho passa e a moto, não”.

Receita de doce de buriti

Na comunidade de Cercado, próxima ao município de Oliveira dos Brejinhos, uma fruta com leve sabor adocicado – que para os “forasteiros” lembra o cajá – faz muito sucesso. É o buriti, matéria-prima de bolos e doces vendidos na comunidade. “Um bolo pode ser vendido por até 3 reais”, conta a agricultora Miralva Jesus de Souza, 55 anos, que transporta os buritis em uma bacia (pesada) sobre a cabeça. Confira a receita escrita por ela:



Colocar o Buriti na água por alguns minutos para tirar sua casca amarga.
Descascar o Buriti.
Cozinhar e mexer no fogo por 10 min.
Deixar esfriar e pode comer.



Vapor Encantado

“Que vapor é aquele que aponta lá no pontal, Benjamin, São Francisco ou, quem sabe, talvez Venceslau?”

Ele aponta no braço do rio do lado de cá
Vai chegando e já passa da hora do bicho apitar

Que vapor é esse, morena, que não quer chegar
Será o encantado, morena? Deixa chegar
Lumiu e evém o rompante de admiração

Tem fumaça na chaminé, mas não tem gente,
não

Vem passando pela pedra, mas nada se viu
Misturado com o escuro da noite, o bicho sumiu.”

Música composta pelos ibotiramenses Lamartine Araújo e
Sílvio Araújo, em 1977, sobre a lenda do vapor encantado.

D.Quitéria, corajosa como a neta. Ou será filha?

**A história de como a avó/mãe da mártir baiana
desbravou matas com os bandeirantes**



Ruínas da casa da Quitéria de Catolés

A Revolta dos Alfaiates, que motivou a emancipação baiana da Coroa portuguesa, teve presença marcante do povo. Aliás, uma de suas características, diante de outras conjurações, é mesmo a figura do popular. Ainda hoje, as histórias que permeiam o movimento são tão vivas na imaginação dos baianos que até mesmo a avó de Maria Quitéria, mártir da Batalha do 2 de Julho, é assunto de prosa em rodas na pequena Catolés, distrito de Abaíra, na Chapada Diamantina.

Conta-se que, no século XVIII, quando bandeirantes percorriam as serras do centro da Bahia, uma senhora da região de Cachoeira resolveu acompanhá-los, ajudando-os a desbravar os recantos do Estado. Em certo ponto, Quitéria, como se chamava a senhora, construiu uma casa para que servisse de abrigo aos que por ali passavam. O local escolhido como pouso – Catolés – já tinha uma história de passagem de bandeirantes. “Uma criança, filho de um bandeirante, tinha se perdido na mata. Esse homem fez uma promessa a Nossa Senhora do Bom Sucesso, dizendo que construiria uma igrejinha no lugar onde encontrasse seu filho, vivo ou morto”, conta José Carlos Rodrigues, conhecido em Catolés como Zequinha Hipólitos. “Acharam o menino sem vida e o bandeirante mandou construir a igreja de pedra bem em frente ao lugar. A cidade começou aí”, conclui.

De fato, há uma capela em devoção à santa e, à porta, o registro de 1775. “Muita gente acha que a igreja começou a ser construída depois de encontrarem o menino, mas ninguém sabe direito se a avó de Maria Quitéria veio antes ou depois desse bandeirante”, diz o eco-guia Léo Arantes, natural de Catolés. “Aliás, eu acho que não é nem avó, é mãe, porque, pelo que eu li, Maria Quitéria nasceu em 1792, então a Quitéria da Independência podia ser filha da nossa Quitéria”, diz o catoleense.

O grau de parentesco parece já não ter tanta relevância, diante da mais recente descoberta: uma moeda datada de 1774 foi encontrada, segundo Zequinha Hipólitos, em meio aos entulhos da suposta casa de Quitéria de Catolés. “Com esse achado, fica mais do que provado, pra mim, que aquela foi a casa da mãe ou da avó de Maria Quitéria, e isso só faz confirmar que esta cidade aqui começou mesmo nesse período”, convence-se, mostrando em riste a moedinha.



José Carlos Rodrigues, o Zequinha
Hipólitos

A moeda encontrada
nos escombros da
suposta casa da mãe
de Maria Quitéria reforça
o caso catoleense



Outros Causos

Nêgo D'água, por Filomena de Oliveira Barbosa, 67 anos, moradora de Ibotirama



Filomena, testemunha do Nêgo D'água

"Quando eu era moça, ia para o Rio São Francisco tomar banho. De repente, via uma cabecinha mergulhando e levantando, mergulhando e levantando na água, parceria um peixe, só que maior. Era o Cumpádi D'água. Ele é um homem careca. Eu saía correndo, afinal, era homem, né? Eu tinha muito medo. Mas Nêgo D'água aparecia muito aqui, tinha um montão. Várias pessoas já viram. Ele pegava as meninas (... contrai braços e pernas, como se

estivesse com vergonha...). Hoje em dia ele não aparece mais, porque só gosta de lugares fundos e o rio tá secando. Ele gostava também de fazer molecagem, virar os barcos, assustar as pessoas. E se alguém chamasse ele de Nêgo D'água ele ficava danado da vida. Vinha de noite e derrubava a casa da pessoa, um perigo! Pra ele se acalmar, tinha que levar no barco um bocado de fumo, pois ele gostava demais de fumar."

Vapor encantado, por Rosa Gomes de Oliveira, 78 anos, moradora de Ibotirama

"À noite, víamos um navio todo iluminado, chegando em Bom Jardim (antigo nome de Ibotirama). Ele vinha aprumando, os trabalhadores do porto se preparavam, deixavam a carga pronta para embarcar ou desembarcar, mas, de repente, o vapor sumia na noite. Era o vapor encantado, que navegava no Rio São Francisco, mas nunca parava

nos portos e nunca se via ninguém dentro. Todo mundo ia para o porto da cidade ver o navio, era muito bonito.

Eu mesma já vi muitas vezes aqui no porto, quando era adolescente. Sempre tive curiosidade de saber o que era na verdade. Será que era alguém transportando ouro ou era assombração?"

Rosa Gomes de
Oliveira, 78 anos,
moradora de
Ibotirama



Falando baianês

Assunta – Termo utilizado em todas as três regiões visitadas (Chapada, Velho Chico e Sisal). Trata-se de um chamamento para prestar atenção a determinado assunto.

Buritizeiro – Árvore do buriti, que pode medir até 35 m de altura, comum nas regiões do Velho Chico e Amazônica, além do Norte e Centro-Oeste do Brasil. Rico em vitamina A, recebe diversos nomes, a depender da região onde é encontrado: miriti, boche, borichi, carangucha e palmeira real.



Carumbé – Sinônimo de “bateia”, bacia de madeira utilizada para lavar o cascalho nos garimpos.

Coiteiro – Pessoa que dá guarida, que acolhe outras em situação delicada ou de

risco. Exemplo: na época da escravidão, os coiteiros eram aqueles que acolhiam escravos fugidos.

Envurtar – Sumir; deriva da junção da preposição “em” com a palavra “vulto”. Assim, envurtar significa sumir, virar vulto.

Esteira – Na vaquejada é quem alinha o boi para que o vaqueiro o derrube antes da linha limite. Fora das competições, o vaqueiro é o parceiro daquele que derruba o boi, tendo o papel de enfileirar o gado.

Lameiro – Usado na região do Velho Chico, indica pescador que possui plantações ribeirinhas. O termo existe em razão de o rio deixar em sua vazante uma espécie de lama como ponto de apoio para as plantações.

Quijila – Termo utilizado na região do Velho Chico, designa o intermediador da compra do pescado, que repassa o produto do pescador para os feirantes.

Rancharia – Local na beira do rio onde o pescador guarda seus alimentos, dorme, se alimenta. Uma espécie de ponto de apoio, geralmente construída com capim, madeira e lona.

Tora rente – Expressão que designa fazer algo com muita firmeza e presença de espírito. Exemplo: Esse vaqueiro não bobeia, ele tora rente!



Dica de lazer e cultura



Arte milenar no Velho Chico

Elas já existiam antes do nascimento de Cristo, do império romano e até mesmo das pirâmides egípcias. Estamos falando das pinturas rupestres, figuras que registram eventos ou experiências que datam de dois a 8 mil anos atrás. Localizadas no sítio arqueológico de Pedra Furada, próximo ao município de Oliveira dos Brejinhos, os desenhos chamam a atenção de visitantes e despertam o orgulho da população local. “Para mim, isto significa uma verdadeira escrita, como a dos egípcios. As tribos de hoje fazem grafite. Isto aqui é o grafite dos povos da Antiguidade. Não sei o que significam, não conheço os códigos, mas acredito que são regras e recados deixados aqui para toda a eternidade”, conta, apaixonadamente, o fotógrafo e estudioso do assunto Carlon Dourado. Além de ser um patrimônio nacional, reconhecido pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a arte nas paredes das grutas alimenta a imaginação e a fé local. “Já cheguei a vir aqui à noite, para ver se recebia alguma entidade que me explicasse o que significa tudo isto; também já dormi aqui para poder receber toda a energia que o local emana”, confidencia Carlon. Ainda não foi possível determinar o que as pinturas querem dizer, ficando a cargo da imaginação de cada visitante o significado dos desenhos.

Curiosidade

Professoras para toda a Bahia

O município de Barra, no território do Velho Chico, é guardião do prédio da Escola Normal de Magistério, inaugurada em 1920, onde jovens atendidas nos regimes de internato e externato perseguiam o objetivo de se tornarem professoras e lecionarem em todo o Estado. “O ensino ‘normal’ era o equivalente, na época, ao ensino médio. As meninas vinham para cá e faziam quatro anos de primário, quatro de ginásio, e três de ensino normal, o que as capacitava a serem professoras”, conta a irmã Isabel, antiga aluna da Instituição e atual diretora do Colégio Santa Eufrásia, que ocupa hoje o prédio da antiga Escola Normal.

“A distância até a capital era enorme, por isso toda família tradicional enviava suas

meninas pra cá. Isso por si só já era um grande esforço, visto que só se podia chegar aqui de vapor. Eu, por exemplo, morava em Carinhanha. Eram três dias para chegar aqui, descendo o rio, e outros seis dias para voltar pra casa, pois o vapor ia contra a maré”, conta Isabel. A Escola Normal existiu em Barra até 2001, quando foi extinta por determinação do Ministério da Educação.



Colégio Santa Eufrásia, antiga Escola Normal

DO ERUDITO AO POPULAR CONTEMPORÂNEO

Uma viagem pelo universo das centenárias filarmônicas da Bahia



Na filarmônica
30 de Julho,
as crianças
começam a
estudar música
utilizando
flauta doce

No distrito de Abaíra, o colorido das fitas mostra a beleza simples de uma dança que resiste há muitas gerações. Uma moça ao meio, sobre um banco, é o pilar de onde saem tiras, algo como fitas, com cerca de 2 metro, em tons vibrantes. Às pontas, outras meninas, como no balanço de um carrossel – uma vez por cima, outra por baixo –, fazem um trançado conhecido como “Pau de Fitas”.

As fitas cobrem, como um corpete, a menina ao centro, cada vez que as outras dançam ao som da Filarmônica Lyra Popular Catoleense. A banda, formada em 1944, tem menos de dez músicos e, por bem pouco, ainda resiste estruturada. “Depois dos instrumentos elétricos, as filarmônicas foram se acabando. Falta até maestro”, comenta Daniel Azevedo, “puxador” do grupo, aos 80 anos.

Tradição musical

Como para a Lyra Popular Catoleense, agregar outras manifestações, expressões e atividades é uma saída para que as bandas resistam às atualizações culturais. Em Morro do Chapéu, a centenária Sociedade Filarmônica Minerva divide espaço com o som eletrônico das apresentações do grupo de dança homônimo e as do Teatro Emocionart, alcançando a marca de 30 apresentações anuais da mais pura música erudita. “Nós temos ensaio quatro vezes por semana e temos professores para ensinar às novas gerações de músicos”, explica Antônio Barreto Dantas Júnior, o

Dantinhas, um dos diretores da Lyra, fundada em 1906.

Hoje, o simbólico valor de R\$ 2 é o investimento para se assistir a um espetáculo de dança ou teatro; “o teatro é um dos nossos pilares, através dele contamos nossa história”, defende Alécio de Sousa Rodrigues, 27 anos. “A sociedade Minerva tem papel fundamental no processo de cultura de Morro do Chapéu. Ela resgata uma identidade, que é tudo aquilo que você constrói na vida”, completa. o músico.

Memória musical

A Filarmônica Lyra Abaírense, formada em 1913 pelo fundador do povoado de Abaíra, Zé da Venda, já não resiste com a mesma força encontrada em Morro do Chapéu. Os 16 músicos ainda se reúnem toda quinta-feira para os ensaios, mas os convites estão diminuindo. “Nas festas de hoje, as pessoas preferem essas bandas mais novas”, lamenta Mariozan Novais Oliveira, presidente da Filarmônica Abaírense. “A música é um meio de inclusão e aqueles que são músicos, hoje, em Abaíra, devem a essa filarmônica, que não pode se perder, porque faz parte da própria história da cidade”, desabafa.

Nova geração

As aulas, realizadas três vezes por semana, no casarão antigo de dois pavimentos, na sede da Filarmônica 30 de Julho, fundada em 1896, em Serrinha, a 173 Km de Salvador,

trazem crianças, jovens e adultos à história da música na cidade. “A gente nem anuncia (os cursos). Antes mesmo de abrimos inscrição, já tem gente procurando”, garante o presidente Isaac Álvaro da Silva. Hoje a 30 de Julho é formada por cerca de 200 componentes. Desses, apenas 32 são músicos profissionais. Os outros são, em sua maioria, jovens estudantes, como Júlia Ribeiro, de apenas nove anos: “Gostava tanto de ver meu pai tocar que pedi para fazer parte da escola, é muito bom. Eu sonho até em tocar fora, para um monte de gente aplaudir”, vislumbra a pequena aprendiz.



“A filarmônica é um patrimônio cultural da sociedade e para fazer um trabalho de incentivo à música é preciso também estimular outras formas de educação”

Isaac Silva, presidente da Filarmônica 30 de Julho

Os territórios de Identidade da Bahia

Benito Juncal (Diretor de Planejamento Territorial)
Thiago Xavier (Coordenador de Políticas Espaciais)

Se fôssemos resumir a Bahia em uma única palavra, esta seria diversidade. A Bahia é rica e plural em seus vários aspectos: social, cultural, econômico e ambiental. O estado ocupa uma área de 564 mil km², maior que a França; possui quatro dos sete biomas existentes no país; cinco tipos de clima; e uma população de 14,1 milhões de habitantes, caracterizada pela miscigenação étnica, religiosa e cultural dos povos africanos, europeus e indígenas. Verifica-se, todavia, um processo de intensificação das desigualdades socioeconômicas inter e intra-regionais, fruto de um modelo de desenvolvimento que privilegiou alguns espaços do estado, notadamente a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e partes do litoral, mediante a atração de investimentos industriais e turísticos.

Nesse sentido, o atual Governo do Estado da Bahia, tendo estabelecido como prioridade a redução das disparidades socioeconômicas e da pobreza que atingem com intensidade e formas diferenciadas seus diversos territórios, compreendeu, ainda no período de transição de governo, que deveria incorporar à estratégia de desenvolvimento do Estado a dimensão territorial, na qual a articulação intersetorial acontece de forma coordenada, de modo a responder adequadamente aos problemas, necessidades e potencialidades dos territórios. Vale destacar que em todo o processo de delimitação territorial

na Bahia, o território foi conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial

Diante disso, o Governo da Bahia, em janeiro de 2007, reconheceu a legitimidade da divisão territorial desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), adotando os Territórios de Identidade como a nova regionalização oficial do Estado, e estabelecendo-os em unidades de planejamento das políticas públicas estaduais. Ainda em 2007, como parte da política de desenvolvimento territorial, o governo construiu de forma participativa com a sociedade o seu Plano Plurianual – PPA (2008-2011). Foram realizadas plenárias em todos os 26 Territórios de Identidade do Estado, processo do qual ainda resultou a criação do Conselho

de Acompanhamento do PPA (Cappa), formado por quatro representantes da sociedade civil de cada território, sendo dois titulares e dois suplentes. O Cappa tem como finalidade acompanhar, monitorar, subsidiar e aconselhar o Governo da Bahia quanto à execução do PPA.

Ademais, os Colegiados Territoriais, instituição de representação política dos Territórios de Identidades, foram orientados a ampliar a sua composição setorial e diversificar os temas tratados no âmbito do planejamento, articulação e acompanhamento das políticas públicas de seus territórios. Para isso, o Governo do Estado vem fomentando a organização desses colegiados a partir de ações que garantam seu pleno funcionamento e a participação de todos os segmentos públicos e da sociedade civil, de ações de capacitação dos membros dos colegiados e de agentes públicos locais e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios de Identidade.

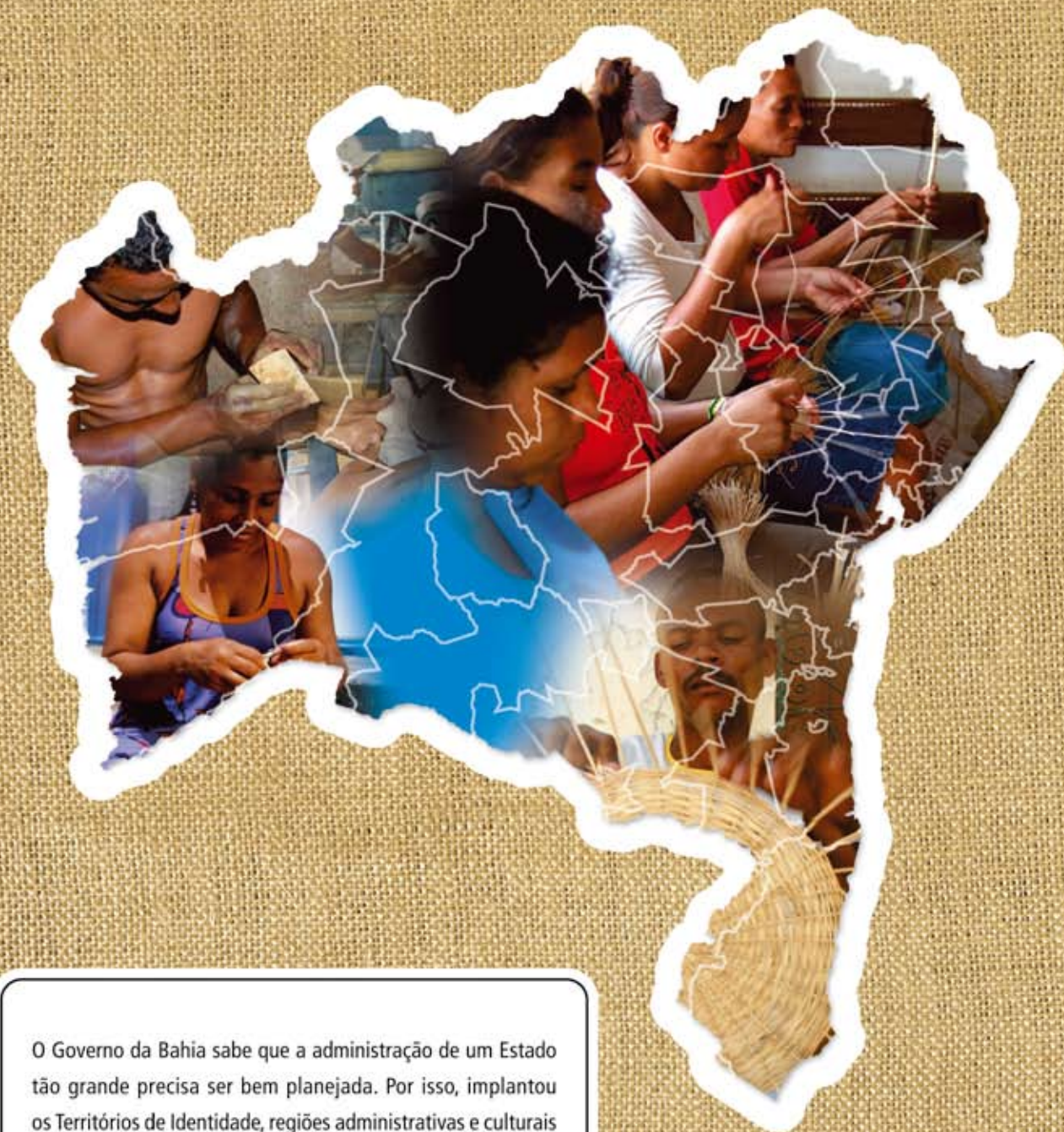
Importante destacar que a implantação da política territorial observa distintas escalas e instrumentos. Sem dúvida nenhuma, o principal instrumento é o Plano Estratégico do Estado que orienta a política de desenvolvimento do Estado. Ademais, em 2009, iniciaremos a elaboração do Zoneamento Econômico-Ecológico – ZEE, que depois de 20 anos de atraso permitirá dotar a Bahia de um poderoso ins-

trumento de ordenamento do seu território, garantindo um modelo de desenvolvimento econômico que respeite o meio ambiente e a inclusão de importante parcela da nossa sociedade, como as comunidades tradicionais, os sem-terra e os pequenos agricultores familiares. Ainda este ano estaremos envolvidos na elaboração dos Planos Mestres de cinco grandes macrorregiões da Bahia – Litoral Norte, RMS-Recôncavo, Litoral Sul, Semiárido e Cerrado – permitindo uma compreensão mais integrada do processo de desenvolvimento do Estado. A articulação desses com os Planos de Bacias Hidrográficas facilitará a incorporação das questões referentes ao manejo dos recursos hídricos com o planejamento integrado do Governo.

Trata-se, portanto, de um novo modelo de gestão de políticas públicas, apoiado na participação e controle social, na integração dos distintos órgãos setoriais do Governo Estadual, e entre os três níveis federativos. Modelo este que entende que é possível e desejável a redução das desigualdades territoriais e que nossa diversidade não se trata de um entrave, mas de uma riqueza à disposição da nossa sociedade, afinal; somos vários territórios e uma única Bahia. ■

“Se fôssemos resumir a Bahia em uma única palavra, esta seria diversidade. A Bahia é rica e plural em seus vários aspectos: social, cultural, econômico e ambiental”

Diferentes territórios, uma só Bahia.



O Governo da Bahia sabe que a administração de um Estado tão grande precisa ser bem planejada. Por isso, implantou os Territórios de Identidade, regiões administrativas e culturais dentro da Bahia, delimitadas por suas características comuns, como diversidade social, econômica, ambiental e cultural, criando um modelo de desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades econômicas e sociais, a partir do conhecimento e das potencialidades locais, da integração das políticas públicas e da participação de todos os baianos. Porque os territórios podem ser muitos, mas a Bahia é uma só.



| Secretaria
do Planejamento

564.000 km²

4 diferentes biomas

5 tipologias climáticas

14,1 milhões de habitantes

26 territórios de identidade

Mas pode chamar de Bahia



OS LIVROS LEVAM VOCÊ A MUITOS LUGARES

Vá até a biblioteca mais próxima e deixe a imaginação tomar conta de você

www.fpc.ba.gov.br



FUNDAÇÃO PEDRO CALMON



Bahia

TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria
de Cultura